

# ULP LR

ULP LAW REVIEW  
REVISTA DE DIREITO DA ULP

BI-ANUAL | BI-ANNUAL

VOL. 14

Nº 1

Dezembro 2020



## GUEST ARTICLES

**MANUEL CABUGUEIRA** - DATA AND ARTIFICIAL INTELLIGENCE FOR BETTER AND INTELLIGENT REGULATION

PAGE 7

## ARTICLES

**MANUEL ORTIZ FERNÁNDEZ** - REFLEXIONES ACERCA DE LA RESPONSABILIDAD CIVIL DERIVADA DEL USO DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL: LOS "PRINCIPIOS DE LA UNION EUROPEA"

PAGE 55

## VARIA

**INÊS FERNANDES GODINHO/CLÁUDIO R. FLORES/NUNO CASTRO MARQUES** - CONSULTATION ON THE WHITE PAPER ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE. AN EUROPEAN APPROACH

PAGE 157



UNIVERSIDADE  
LUSÓFONA  
DO PORTO



# ULP LR

ULP LAW REVIEW  
REVISTA DE DIREITO DA ULP

## DIREÇÃO

Inês Fernandes Godinho  
Cláudio R. Flores  
Nuno Castro Marques

---

## CONSELHO EDITORIAL

Fábio Davila (Brasil)  
Felix Steffek (R.U.)  
Fernando Carbajo Cascón (Espanha)  
Joachim Renzikowski (Alemanha)  
João Pateira Ferreira (Portugal)  
João Sousa Assis – (Portugal)  
José Manuel Aroso Linhares (Portugal)  
Kanpirom Kamalarajun (Tailândia)Laura  
Mayer Lux (Chile)  
Manuel Cabugueira (Portugal)  
Maria Natália Gonçalves (Portugal)  
Mateusz Klinowski (Polónia)  
Nuria Pastor (Espanha)  
Paulo Sousa Pinheiro (Portugal)  
Sérgio Seminara (Italia)  
Urs Kindhäuser (Alemanha)

---

## CONSELHO DE REDAÇÃO

António Cândido de Oliveira  
Rui de Albuquerque  
Jorge Sinde Monteiro  
Alexandra Vilela



**Registo ERC** n.º 127458

**Periodicidade:** semestral

**Proprietário:** Cofac-Cooperativa de Formação e Animação Cultural, c/l

**NIPC:** 501679529

**Sede:** Av.º do Campo Grande, 376, 1700-097 Lisboa

**Redação:** Rua Augusto Rosa, 24, 4000-098 Porto

**Estatuto Editorial disponível em:**

<https://revistas.ulsofona.pt/index.php/ufdup/about>

# CONTENTS/ÍNDICE

<b>Editorial</b>	[4]
<b>Guest articles/Contribuições de autores convidados</b>	
<b>Manuel Cabugueira</b> Data and artificial intelligence for better and intelligent regulation	[7]
<b>Ana Elisabete Ferreira</b> Moralidade humana, moralidade maquinal	[27]
<b>Articles/Doutrina</b>	
<b>Manuel Ortiz Fernández</b> Reflexiones acerca de la responsabilidad civil derivada del uso de la inteligencia artificial: los “principios de la Union Europea”	[55]
<b>Maria Teresa Heredero Campo</b> La influencia de las nuevas tecnologías en la protección de datos personales en el marco de la epidemia COVID19	[79]
<b>Cassiano Highton</b> Los Danos derivados de la Inteligencia Artificial – Caso de los vehículos autonomos	[105]
<b>Ana Raquel Barbosa/Márcia Passos/Susana Sousa Machado</b> A análise conceptual da prova em processo civil	[125]
<b>Varia</b>	
<b>Inês Fernandes Godinho/Cláudio R. Flores/Nuno Castro Marques</b> Consultation on the White Paper on Artificial Intelligence. An European Approach	[157]
<b>João Pateira Ferreira</b> Pay-for-delay agreements under EU Competition Law: a comment on Paroxetine	[169]
<b>Jorge Sinde Monteiro/Maria José Capelo</b> Prestação de contas e recurso de revista. Interpretação do Artigo 942º, n.º 4, do Código de Processo Civil	[179]
<b>Alexandra Vilela</b> A Directiva UE 2019/1937	[189]

# EDITORIAL

## O NÚMERO CATORZE DA REVISTA DE DIREITO DA ULP / ULP LAW REVIEW (RDULP/ULPLR) TRAZ DUAS NOVIDADES.

Em primeiro lugar, abre a Revista a números temáticos. Ainda que a RDULP/ULPLR seja uma revista jurídica de natureza generalista, abarcando todas as áreas jurídicas, a especialização de temas com relevância jurídica é cada vez mais evidente, tendo a Direção da RDULP/ULPLR, ouvido o seu Conselho de Redação, assumido que a abertura a números temáticos seria um passo no caminho certo. Todavia, e face à natureza da Revista, sempre serão aceites contributos sobre outros temas. Destaca-se este número pelas diversas contribuições internacionais recebidas e pela natureza global do tema escolhido: a Inteligência Artificial. Uma área com profundas implicações nos mais diversos sectores da Sociedade atual e que, por isso, exige à Ciência Jurídica soluções adequadas face aos múltiplos desafios que apresenta. Assim, a RDULP/ULPLR conta com dois contributos de autores convidados, três artigos doutrinários e um contributo na varia subordinados a este tema. Esperamos, deste modo, contribuir para a discussão sobre um tema que no âmbito da Comissão Europeia se encontra sob a máxima atenção com vista à adoção de reformas legislativas que, sem deixarem de promover a inovação, salvaguardem os valores fundamentais da Sociedade. Por sua vez, a nível nacional, as novas tecnologias digitais assumem também agora especial destaque no âmbito dos objetivos traçados para a Presidência do Conselho da União Europeia durante o primeiro semestre de 2021, a ter por lema “Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital” e onde pontifica um objetivo de acelerar a transição digital inclusiva e justa, com vista a promover a liderança europeia na economia digital, nas vertentes de inovação e regulação, bem como uma estratégia global de cooperação digital e desenvolver o conceito de Democracia Digital. Em segundo lugar, a RDULP/ULPLR passou a integrar as publicações do Centro de Estudos Avançados Francisco Suárez (CEAD Francisco Suárez), representando um instrumento de divulgação da investigação levada a cabo no âmbito deste Centro de Investigação e assim se afirmando como contributo para o avanço da ciência jurídica. Assim, neste número 14 da RDULP/ULPLR temos o gosto de poder contar com os contributos dos autores convidados Manuel Cabugueira e Ana Elisabete Ferreira sobre o tema da Inteligência Artificial. Manuel Cabugueira escreve sobre “Data and artificial intelligence for better and intelligent regulation” e Ana Elisabete Ferreira apresenta um texto sobre “Moralidade humana, moralidade maquinal”, contribuindo cada um deles com perspetivas diferentes sobre questões fundamentais colocadas pela Inteligência Artificial. Já na secção de Doutrina, o leitor poderá encontrar três textos subordinados

ao tema da Inteligência Artificial, privilegiando a perspetiva do direito privado, designadamente “Reflexiones acerca de la responsabilidad civil derivada del uso de la inteligencia artificial: los principios de la Union Europea” (Manuel Ortiz Fernández), “La influencia de las nuevas tecnologías en la protección de datos personales em el marco de la epidemia COVID19” (Maria Teresa Heredero Campo) e “Los Danos derivados de la Inteligencia Artificial – Caso de los vehículos autonomos” (Cassiano Highton). Esta secção conta ainda com um contributo na área do processo civil, “A análise conceptual da prova em processo civil” (Ana Raquel Machado/Márcia Passos/Susana Sousa Machado). Na Varia, no âmbito do tema da Inteligência Artificial, é incluída a consolidação do texto apresentado e aceite pela Comissão Europeia, no âmbito do White Paper on Artificial Intelligence. A European Approach pela Faculdade de Direito e Ciência Política da ULP (Inês Fernandes Godinho/Cláudio R. Flores/Nuno Castro Marques), contando esta secção também com a análise de uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, “Pay-for-delay agreements under EU Competition Law: a comment on Paroxetine” (João Pateira Ferreira) e um parecer relativo à “Prestação de contas e recurso de revista. Interpretação do Artigo 942º, n.º 4, do Código de Processo Civil” (Jorge Sinde Monteiro/Maria José Capelo), finalizando com um comentário à recente Directiva (EU) 2019/1937, “A Directiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2019, relativa à protecção das pessoas que denunciam violações do direito da União e a Estratégia Nacional de Combate à corrupção // 2020 2024: inquietações a propósito do designado “direito premial” no âmbito do Direito Penal” (Alexandra Vilela). A fechar, a Direção da Revista tem o gosto de informar que, dos vários processos de indexação em curso, a RDULP/ULPLR já obteve a sua primeira indexação (DialNet), um claro primeiro sinal da estratégia anunciada no número anterior, de construção de uma revista jurídica de excelência.

**Inês Fernandes Godinho**  
(Diretora)

**Cláudio R. Flores**  
(Subdiretor)

**Nuno Castro Marques**  
(Subdiretor)

# EDITORIAL

## ISSUE FOURTEEN OF ULP LAW REVIEW (RDULP/ULPLR) BRINGS TWO NEW FEATURES.

First, it opens the journal to thematic issues. Although RDULP/ULPLR is a legal journal of a generalist nature, covering all legal areas, the specialization of themes with legal relevance is increasingly evident, and the RDULP/ULPLR's Executive Board, having listened to its Advisory Board, assumed that opening up to thematic issues would be a step in the right direction. However, in view of the nature of RDULP/ULPLR, contributions on all legal topics will always be accepted. This issue is highlighted by the various international contributions received and by the global nature of the theme chosen: Artificial Intelligence. An area with profound implications in the most diverse sectors of today's society and which, therefore, demands from Legal Science adequate solutions to the multiple challenges it presents. Thus, RDULP/ULPLR has two guest articles, three articles and one contribution in the varia section under this theme. In this way, we hope to contribute to the discussion on a topic that is under the European Commission's utmost attention with a view to the adoption of legislative reforms that, while promoting innovation, safeguard the fundamental values of society.

At national level, the new digital technologies are now also of particular importance in the context of the objectives set for the Presidency of the Council of the European Union during the first half of 2021, to be "Time to act: for a fair, green and digital recovery" and where it sets an objective of accelerating the inclusive and fair digital transition, with a view to promoting European leadership in the digital economy, in innovation and regulation, as well as a comprehensive strategy for digital cooperation and developing the concept of Digital Democracy.

Secondly, RDULP/ULPLR is now part of the publications of the Centro de Estudos Avançados Francisco Suárez (CEAD Francisco Suárez), representing an instrument for the dissemination of research carried out within the framework of this R&D Centre and thus asserting itself as a contribution to the advancement of legal science.

In this issue 14 of RDULP/ULPLR we are pleased to be able to have the contributions of the invited authors Manuel Cabugueira and Ana Elisabete Ferreira on the subject of Artificial Intelligence. Manuel Cabugueira writes on "Data and artificial intelligence for better and intelligent regulation" and Ana Elisabete Ferreira presents a text on "Human morality, machine morality", each contributing with different perspectives on fundamental issues raised by Artificial Intelligence.

In the Articles section, the reader will find three texts on the subject of Artificial Intelligence, focusing on the viewpoint of private law, namely "Reflections on civil liability arising from the use of artificial intelligence: the principles of the European Union" (Manuel Ortiz Fernández), "The influence of new technologies on the

protection of personal data in the framework of the COVID19 epidemic" (Maria Teresa Heredero Campo) and "Damage caused by artificial intelligence - the case of autonomous vehicles" (Cassiano Highton). This section also has a contribution in the area of civil procedure, "The conceptual analysis of evidence in civil procedure" (Ana Raquel Machado/Márcia Passos/Susana Sousa Machado).

In Varia, under the theme of Artificial Intelligence, one can read the consolidation of the text presented and accepted by the European Commission on the White Paper on Artificial Intelligence. The European Approach presented by the Faculty of Law and Political Science of ULP (Inês Fernandes Godinho/Cláudio R. Flores/Nuno Castro Marques), but also, in general, an analysis of a decision of the European Court of Justice, "Pay-for-delay agreements under EU Competition Law: a comment on Paroxetine" (João Pateira Ferreira), a legal opinion on the interpretation of Article 942º, nr. 4 of the Portuguese Civil Procedure Code (Jorge Sinde Monteiro/Maria José Capelo) and a comment on the recent Directive (EU) 2019/1937, "Directive (EU) 2019/1937 of the European Parliament and of the Council of 23 October 2019 on the protection of persons who report breaches of EU law and the national strategy to combat corruption // 2020 2024: concerns about the so-called "plea bargaining" under criminal law" (Alexandra Vilela).

Finally, the Executive Board of the journal is pleased to inform that, of the various indexing processes underway, RDULP/ULPLR has already obtained its first indexation (DialNet), a clear first sign of the strategy announced in the previous issue, of building a legal journal of excellence.

**Inês Fernandes Godinho**

(Diretora)

**Cláudio R. Flores**

(Subdiretor)

**Nuno Castro Marques**

(Subdiretor)